



Processos de Subjetivação no Serviço Social

5

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020



Processos de Subjetivação no Serviço Social

5

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Processos de subjetivação no serviço social

5

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Thaislayne Nunes de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P963 Processos de subjetivação no serviço social 5 [recurso eletrônico] /
Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR:
Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: Word Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-230-2

DOI 10.22533/at.ed.302202907

1. Assistência social. 2. Política social – Brasil. 3. Serviços
sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.

CDD 361

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Caro leitor, é com imenso prazer que apresento a coletânea: “Processos de Subjetivação no Serviço Social”, composta por 88 trabalhos organizados em 5 volumes. Esta coletânea exhibe textos sobre as múltiplas facetas do processo de trabalho do Assistente Social e análises de diferentes políticas públicas brasileiras.

Como é sabido, o contexto brasileiro é permeado por contradições históricas. Ouso sinalizar a atual conjuntura centrada em discussões rasas, com a propagação do senso comum como verdade absoluta. Portanto, torna-se ainda mais necessário dar visibilidade a estudos técnicos e científicos. Sendo assim, esta leitura é imprescindível durante a formação profissional e também aos assistentes sociais, pois, contribui significativamente com reflexões sobre os nós, entraves e questões contemporâneas, que perpassam o cenário brasileiro e respectivos desdobramentos na profissão e nas políticas públicas.

Os dois primeiros volumes reservam a discussão do Serviço Social, abordando a formação profissional, apontamentos sobre os Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, da questão social, do Projeto Ético Político, da instrumentalidade. Além das discussões acerca das dimensões profissionais e das vulnerabilidades correspondentes às experiências em diversos espaços socioocupacionais.

O terceiro volume discorre prioritariamente sobre diferentes políticas públicas, como: política de saúde, política de saúde mental, promoção de saúde dos idosos. Além do mais, este volume possibilita a visibilidade para estudos variados acerca das inúmeras situações que perpassam a vida das mulheres brasileiras.

O quarto volume expõe: adoção, adolescentes, medidas socioeducativas, drogas, violência, família, idosos. As respectivas análises são distintas, porém, demonstram aspectos que perpassam a vida brasileira, sobretudo pela abordagem do recorte de classe e étnico-racial.

Por fim, e não menos importante, o quinto volume exhibe novamente especificidades das políticas públicas, evidenciando a discussão sobre a questão do território, questão urbana, saneamento básico, seguridade social, política de assistência social. Este volume apresenta ainda discussão sobre questão étnico-racial, racismo e refugiados.

Como foi possível perceber os livros contemplam análises abrangentes, que convergem e se complementam sob a ótica do contexto histórico brasileiro e suas respectivas contradições sociais. Vale ressaltar, que os cinco volumes contribuem com a análise das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura aos acadêmicos e ainda para fins de atualização profissional.

Desejo a todas e todos excelente leitura!

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EXPROPRIAÇÃO DA TERRA: ELEMENTOS E GÊNESE DA PROPRIEDADE PRIVADA DA TERRA NA EUROPA	
Taiane Macêdo Silva	
Adriana Freire Pereira Ferriz	
Emanuel Luiz Pereira da Silva	
Vanessa Carla Borges de Lima	
Thaúanna Gomes Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.3022029071	
CAPÍTULO 2	7
SANEAMENTO BÁSICO: FATORES HISTÓRICOS E DESIGUALDADES PERSISTENTES AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	
Andressa Caroline de Lima	
Giovana Galvan	
Marli Renate von Borstel Roesler	
DOI 10.22533/at.ed.3022029072	
CAPÍTULO 3	19
A SOBREVIVÊNCIA NO URBANO: OS ARTESÃOS NA FEIRINHA DA PRAIA GRANDE DE SÃO LUÍS	
Rayssa Cordeiro Silva Carvalho Rocha	
Alanna Larissa Aragão Teles	
Giovanna de Abreu Araujo	
DOI 10.22533/at.ed.3022029073	
CAPÍTULO 4	28
O JORNAL COMO INSTRUMENTO DE ORGANIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: O CASO DO <i>JORNAL DA PERIFERIA</i>	
Rozinaldo Antonio Miani	
DOI 10.22533/at.ed.3022029074	
CAPÍTULO 5	39
JARDIM GRAMACHO: TERRITÓRIO EXTRAORDINÁRIO DO LIXO E DA INJUSTIÇA AMBIENTAL	
Valéria Pereira Bastos	
Mariana Andrade Lobo Silva	
Raphaela Ximenes Pimentel	
DOI 10.22533/at.ed.3022029075	
CAPÍTULO 6	52
REFLEXÕES SOBRE O DESLOCAMENTO DO CORPO NEGRO REFUGIADO NO BRASIL	
Mayara Castro de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3022029076	
CAPÍTULO 7	61
CONTROLE SOCIAL: UMA REFLEXÃO ACERCA DO PAPEL DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS	
Renata Antônia de Souza Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.3022029077	

CAPÍTULO 8	72
BREVE ANÁLISE E REFLEXÃO HISTÓRICA ACERCA DAS POLÍTICAS SOCIAIS, E DA QUESTÃO SOCIAL NA CIDADE DE SÃO FERNANDO-RN	
Francisco das Chagas dos Santos Alves	
DOI 10.22533/at.ed.3022029078	
CAPÍTULO 9	84
CONCEITO DE REFÚGIO E AMPARO LEGAL: ALGUMAS PROBLEMATIZAÇÕES	
Carla Juliana Biesdorf	
Rosane Janczura	
Tatiana Almeida Andrade Moreno	
DOI 10.22533/at.ed.3022029079	
CAPÍTULO 10	95
A INSERÇÃO DOS REFUGIADOS EM UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS: UM DEBATE SOBRE AS POSSIBILIDADES DE INGRESSO	
Carla Juliana Biesdorf	
Fabio Jardel Gaviragui	
Rosane Janczura	
Tatiana Almeida Andrade Moreno	
DOI 10.22533/at.ed.30220290710	
CAPÍTULO 11	107
A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM DEBATE	
Giuliana Barbosa da Rocha	
Maria de Lourdes Soares	
DOI 10.22533/at.ed.30220290711	
CAPÍTULO 12	120
POPULAÇÃO NEGRA E RACISMO NO BRASIL: DETERMINAÇÕES ESTRUTURAIS E SUBALTERNIZAÇÃO	
Kíssia Wendy Silva de Sousa	
Luciana Batista de Oliveira Cantalice	
DOI 10.22533/at.ed.30220290712	
CAPÍTULO 13	128
OS REFLEXOS DO PERÍODO COLONIAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: A QUESTÃO DA SEXUALIZAÇÃO E OBJETIFICAÇÃO DA MULHER NEGRA NO BRASIL	
Jocy Helena da Costa Pantoja	
Mayara Alves Azevedo	
Luiza Silva Favacho	
Marcela Martins Maia	
DOI 10.22533/at.ed.30220290713	
CAPÍTULO 14	136
PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014 – MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (MROSC) NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O CONTROLE SOCIAL: A EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI-PR	
Bruna Eloise Souza Vettor	
Juliana Moura dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.30220290714	

CAPÍTULO 15	148
SEGURIDADE SOCIAL E DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO: A REFORMA ESTRUTURAL E SEUS REFLEXOS NO TRABALHO	
João Paulo Zanin Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.30220290715	
CAPÍTULO 16	158
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: APONTAMENTOS CRÍTICOS	
Haidée de Caez Pedroso Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.30220290716	
CAPÍTULO 17	170
A IMPORTÂNCIA DA CATEGORIA TRABALHO NO DEBATE COM USUÁRIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Vera Suzart Barbosa	
Francilene Gomes Fernandes	
Priscila Beralda Moreira de Oliveira	
Calvin Batista Campos	
DOI 10.22533/at.ed.30220290717	
CAPÍTULO 18	178
CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ESTADO DE MISERABILIDADE NA APLICAÇÃO DO BENEFÍCIO ASSISTENCIAL ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	
Juliana Castro Torres	
Paula Martins da Silva Costa	
DOI 10.22533/at.ed.30220290718	
CAPÍTULO 19	190
O ACESSO E A ASSISTÊNCIA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA UFRN	
Lenita Maria dos Santos Fernandes	
Cintia Paixão da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.30220290719	
SOBRE A ORGANIZADORA	200
ÍNDICE REMISSIVO	201

O JORNAL COMO INSTRUMENTO DE ORGANIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: O CASO DO *JORNAL DA PERIFERIA*

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 05/06/2020

Rozinaldo Antonio Miani

Universidade Estadual de Londrina, Departamento
de Comunicação
Londrina/PR

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0014-316X>

Artigo originalmente apresentado no Eixo Temático *Movimentos sociais e participação social* do III Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social, realizado em Londrina entre os dias 02 e 05 de julho de 2019.

RESUMO: Dentre as estratégias de organização e atuação dos movimentos sociais, as produções comunicativas ocupam lugar de grande importância. Inclusive, alguns jornais cumpriram um papel decisivo no processo de organização e articulação de movimentos sociais urbanos, em especial, no contexto da periferia de grandes metrópoles. Nesse sentido, esse artigo tem como objetivo apresentar a experiência do *Jornal da Periferia*, que circulou durante a década de 1980 na região sul da cidade de São Paulo, por meio da análise de conteúdo. Verificamos que o *Jornal da Periferia*

contribuiu decisivamente para o fortalecimento das lutas sociais e das organizações populares na referida região paulistana.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos sociais urbanos; periferia; comunicação popular e comunitária; jornal impresso; *Jornal da Periferia*.

THE NEWSPAPER AS AN ORGANIZATION AND ARTICULATION INSTRUMENT OF URBAN SOCIAL MOVEMENTS: THE CASE OF *JORNAL DA PERIFERIA*

ABSTRACT: Among the strategies of organization and action of the social movements, the communicative productions occupy place of great importance. Indeed, some newspapers played a decisive role in the process of organizing and articulating urban social movements, especially in the context of the periphery of large metropolises. In this sense, this article aims to present the experience of *Jornal da Periferia*, which circulated during the 1980s in the southern region of the city of São Paulo, through content analysis. We verified that *Jornal da Periferia* contributed decisively to the strengthening of the social struggles and popular organizations in the aforementioned region of São Paulo.

KEYWORDS: Urban social movements;

1 | INTRODUÇÃO

Em sua obra *Que fazer?*, Lênin (1988) nos ofereceu uma instigante reflexão a respeito da importância do jornal como um organizador coletivo. É certo que suas teses se voltavam para um contexto político e sócio-histórico muito diferente do que iremos tratar em nossa reflexão; no entanto, seus argumentos são plenamente válidos e aplicáveis à experiência específica aqui retratada e analisada. Segundo Lênin:

O jornal não é apenas um propagandista coletivo e um agitador coletivo: é também um organizador coletivo. A esse respeito, pode-se compará-lo aos andaimes que se levantam ao redor de um edifício em construção; constitui o esboço dos contornos do edifício, facilita as comunicações entre os diferentes construtores, permitindo-lhes que repartam a tarefa e atinjam o conjunto dos resultados obtidos pelo trabalho organizado (LÊNIN, 1988, p.127).

Nesse sentido, o *Jornal da Periferia*, que circulou entre outubro de 1979 e maio de 1988 na periferia da região sul da cidade de São Paulo, cumpriu o papel de um instrumento de organização e de articulação dos movimentos sociais urbanos na referida região. Apesar das dificuldades enfrentadas para a sua produção - principalmente, para garantir o seu financiamento - que comprometeu a regularidade na sua circulação, o *Jornal da Periferia* cumpriu um dos propósitos de um jornal, apontados por Lênin, de se constituir como uma “agitação política viva”, na medida em que incitava “as pessoas a *pensar* em tudo isso, a totalizar e a generalizar até as menores manifestações de efervescência e de luta ativa” (LÊNIN, 1988, p.126).

Considerando o período histórico de surgimento do *Jornal da Periferia*, qual seja, o período da abertura política e da retomada das lutas sociais na perspectiva de intensificar o processo de derrocada da ditadura civil-militar no Brasil, os seus fundadores e colaboradores contribuíram decisivamente para promover um processo de organização e de articulação de movimentos sociais na periferia da capital paulista, além de reafirmar a condição da periferia como *lócus* de um protagonismo político de resistência e de luta contra a lógica de um sistema marcado pela repressão, pela opressão, pela exploração e pela discriminação das mais diversas ordens.

Diante disso, o objetivo com este artigo é apresentar e analisar a experiência do *Jornal da Periferia* por meio de uma análise de conteúdo, com o propósito de identificar as suas contribuições para a organização e a articulação dos movimentos sociais urbanos no processo de rearticulação das lutas sociais durante a década de 1980, bem como de disseminar as lutas comuns e específicas desenvolvidas pelas organizações e sujeitos coletivos da periferia paulistana. Antes, porém, faremos uma breve reflexão a respeito da condição periférica, por entender que o jornal representa a emergência de um protagonismo que se constitui a partir da periferia - não por acaso o nome do

jornal explicita essa referência e identidade sócio-político-territorial. Na sequência, apresentaremos as principais características gráficas e editoriais da referida publicação para, enfim, apresentar e analisar os conteúdos trazidos pelo *Jornal da Periferia* que confirmam sua contribuição efetiva para a construção e fortalecimento dos movimentos sociais da região sul da cidade de São Paulo.

2 | PERIFERIA COMO LÓCUS DE RESISTÊNCIA E DE LUTAS

Considerando a complexidade do debate em torno da questão urbana e, particularmente, do conceito de periferia, salientamos que não será objetivo desse trabalho realizar um amplo debate sobre o tema. Porém, acreditamos ser necessário tecer algumas considerações a respeito das significações implicadas no uso do termo “periferia” e já adiantamos que se tratará de uma reflexão limitada e insuficiente para abarcar a totalidade e a complexidade desse fenômeno.

Os estudos relacionados à sociologia urbana desenvolvidos durante as décadas de 1970 e 1980 apontavam para uma compreensão da periferia como um território não atendido pelas políticas públicas, marcado pela ausência da atuação do Estado - exceto em relação às políticas de habitação na implantação de empreendimentos habitacionais massificados - resultando em espaços onde a condição de vida era marcada fundamentalmente pela precariedade (KOWARICH, 1979; BONDUKI; ROLNIK, 1982).

Nessa perspectiva, se afirmava a condição do Estado como responsável pela reprodução da dinâmica capitalista no âmbito da organização social e territorial, por meio da constituição de políticas públicas urbanas que atendessem tão somente o mínimo necessário para garantir as condições de vida para a reprodução da força de trabalho. No contexto da sociedade brasileira sob um regime político autoritário-repressivo - estamos nos referindo ao período da ditadura civil-militar (1964-1985) - essa condição se estabeleceu de maneira contundente. A esse respeito, Eduardo Cesar Marques e Renata Mirandola Bichir (2001), apoiados nas reflexões de Lúcio Kowarick, afirmam:

O sistema só poderia funcionar submetendo o conjunto da força de trabalho a padrões constantes de superexploração e espoliação humana, sendo esta última entendida como a sistemática exclusão das camadas populares do acesso aos serviços de consumo coletivo. As periferias seriam o território da espoliação e seriam construídas e reconstruídas pelo Estado e pela própria dinâmica da acumulação (MARQUES; BICHIR, 2001, p.11).

No entanto, estudos posteriores foram apresentando outras perspectivas para analisar a questão da periferia reconhecendo que, apesar das desigualdades em termos de volume de investimentos, houve importantes intervenções públicas nesses espaços urbanos revelando que o Estado se manifesta como um conjunto heterogêneo de instituições e sujeitos e como um espaço de conflitos reais e de disputa de interesses entre as frações políticas que comandam a gestão pública. A respeito dos investimentos

aplicados na periferia, Marques e Bichir (2001) afirmam que “esses investimentos não foram suficientes para inverter o perfil tradicional dos investimentos públicos na direção das periferias, mas indicaram que os espaços periféricos não foram totalmente desprovidos de intervenções públicas” (MARQUES; BICHIR, 2001, p.12).

Além disso, a compreensão de que a periferia é um *locus* de resistência e de lutas e que a ação política dos sujeitos coletivos dessas localidades - em especial, os movimentos sociais e populares - participa de maneira importante na conformação das relações entre o Estado e a sociedade civil ganhou relevo nos paradigmas para estudar e analisar a questão urbana. Inclusive, a perspectiva de analisar o ambiente político das periferias considerando o protagonismo de movimentos sociais urbanos ganhou centralidade em importantes estudos sobre a referida temática (DOIMO, 1984; SADER, 1988; JACOBI, 1989).

Apesar disso, é necessário reafirmar a premissa de que a periferia não pode ser considerada desvinculada da produção capitalista do espaço (HARVEY, 2005). Ela é atravessada por uma série de determinações sociais, econômicas, políticas e culturais e sua ocupação e controle são estruturados a partir das relações sociais de produção estabelecidas pela dinâmica da sociedade capitalista. Nesse processo, a periferia - ou mais propriamente, a condição periférica - é considerada como um resíduo do urbano (CANETTIERI, 2019). Para compreender a dinâmica que configura o conceito de condição periférica como “resíduo do urbano”, pedimos licença ao leitor para reproduzir um trecho relativamente longo das reflexões de Thiago Canettiéri (2019), mas que se faz necessário para oferecer uma adequada compreensão da questão:

Neste processo de totalização, acaba por produzir, em sua própria efetivação, resíduos que revela sua inconsistência: as periferias. Ou seja, para o urbano como momento de reprodução do capital só é possível na medida em que opera uma cisão no espaço, entre centro e periferias. Assim, é só por meio deste ato de subtração, de criar uma periferia, que o capital como determinação abstrata se realiza. Trata-se, portanto, de um processo necessário que estrutura a realidade urbana ao mesmo tempo em que a contradiz. [...] Desse processo, da prática social fragmentada, hierarquizada e estranhada, surge um determinado espaço marcado pela precariedade, informalidade, pauperismo e toda sorte de dominação. Em geral, no senso comum, as periferias aparecem como espaços distantes geograficamente das áreas dotadas de serviços, mas essa definição é ainda muito rasteira para o problema. Interessa-me mais pensar a periferia como ponto de sombra da urbanização, em seu excesso constitutivo como elemento excedente que dá a esse movimento a possibilidade de se efetivar praticamente. Afinal, o espaço é, também, fragmentado, hierarquizado e estranhado - e resulta em formas de organização sociais que reproduzem as formas de dominação, as relações estranhadas e as formas constitutivas dessa relação social baseada no metabolismo próprio do capital. Pode-se, de certa forma, pensar a periferia como espaço da reprodução geral da força de trabalho como mercadoria, ou seja, como uma espécie de vida genérica e abstrata em que apenas a energia possivelmente gasta nos circuitos produtivos importa, estando ela marcada, desta forma, por uma experiência de profunda despossessão e desconhecimento. Esse excesso, que via de regra não é mais o próprio urbano, é *conditio sine qua non* para que ele, como tal, possa existir. Para que o urbano possa existir como espaço de “extensão da cidadania”, é necessário um excesso miserável. A periferia é, por assim dizer, o resíduo do urbano (CANETTIERI, 2019, p.87-88).

Nessa perspectiva, a periferia se constitui como o resultado de um colapso urbano derivado das dinâmicas contraditórias do desenvolvimento histórico do capitalismo e que se manifesta de múltiplas formas nas mais diversas regiões do planeta. Ainda para Canetti,er,

Com a expansão da lógica capitalista intrínseca ao fenômeno urbano, ocorre a dissolução de formas sociais sobrando um irreduzível: a periferia. E é apenas com esse elemento extrínseco que a estrutura da produção capitalista do espaço pode se sustentar. Desta maneira, a periferia indica uma forma social material muito específica da existência de grupos de pessoas cada vez maiores em todo o mundo (CANETTIERI, 2019, p.89).

Porém, para Canetti,er (2019), os contingentes populacionais que ocupam as periferias estão longe de serem considerados supérfluos ou descartáveis para a lógica do sistema capitalista; ao contrário, cumprem uma função estrutural para a própria manutenção do sistema. Enfim, para o referido autor, “a periferia cumpre, portanto, a função fundamental de se estruturar como um espaço de dominação social que incide sobre os indivíduos e, dessa maneira, faz sobreviver o modo de mediação social próprio do capital” (CANETTIERI, 2019, p.252).

Apesar dessa condição “estruturante” cumprida pela periferia no âmbito das relações sociais de produção na ordem da produção capitalista do espaço, é preciso não tomá-la de maneira absoluta sob risco de perder de vista a dialeticidade dos processos de correlação de forças no contexto da luta de classes. A esse respeito, Canetti,er (2019) afirma que a condição de resíduo atribuída à periferia também lhe confere a qualidade de resistência, na medida em que o caráter irreduzível que lhe compete é exatamente a força motriz que promove a contradição na ordem do capitalismo que é “desde sempre, falido, exatamente por sua impossibilidade de lidar com certos irreduzíveis” (CANETTIERI, 2019, p.90).

E é nessa dinâmica própria da periferia como *lócus* de resistência e de lutas que emergem movimentos sociais e populares comprometidos com a construção de processos organizativos voltados para a luta pela implementação de políticas públicas por parte do Estado que promovam melhores condições de vida para os contingentes populacionais que ocupam as áreas urbanas submetidas à condição periférica.

3 | JORNAL DA PERIFERIA: UM ORGANIZADOR COLETIVO DE LUTAS POPULARES

As lutas populares contra a ditadura civil-militar e em defesa da redemocratização do país, a partir do final da década de 1970, ocuparam o cenário político da época e revitalizaram os processos de organização social voltados para a articulação e a mobilização das forças populares progressistas. Nesse cenário, os movimentos sociais - em especial o movimento sindical derivado do “novo sindicalismo” (BOITO JR., 1991; ANTUNES, 1995) e alguns setores do movimento popular de caráter estratégico (MANCE, 1991) -, bem como algumas organizações pastorais ligadas aos setores da Igreja progressista sob inspiração da Teologia da Libertação (GUTIÉRREZ, 1975), foram conquistando espaços na arena

política e provocando tensionamentos políticos em âmbito local e também nacional.

Os processos de organização e de articulação desses movimentos e organizações sociais - em especial, nas regiões periféricas das grandes metrópoles - se estabeleceram de diversas maneiras, dependendo da conjuntura política específica de cada localidade. Dentre essas maneiras, destacamos o papel de organizador coletivo e de articulador político desempenhado por jornais ou periódicos impressos como estratégia de lideranças políticas para promover os processos organizativos locais e para disseminar as reivindicações e conquistas obtidas por meio das lutas populares “*in statu nascendi*”.

Nesse contexto, destacamos a experiência do *Jornal da Periferia*, periódico que teve circulação entre outubro de 1979 e maio de 1988, na periferia da região sul da cidade de São Paulo, mais especificamente, na região de Parelheiros. A partir de agora iremos apresentar algumas características gerais desse periódico e, na sequência, faremos uma breve análise de conteúdo para identificar as principais temáticas abordadas e apontar as marcas que revelam o papel desempenhado por este jornal como organizador coletivo dos movimentos sociais e das lutas populares na referida região periférica paulistana.

A primeira edição do *Jornal da Periferia*, que apareceu como número zero, foi datada de outubro de 1979, com 4 páginas, e trazia como manchete a frase “Um jornal que diz a verdade” (figura 1). Além disso, para explicar os motivos para a criação do jornal, bem como para apresentar os objetivos e a forma como iria funcionar, foi publicado um texto com o seguinte título: “Por quê o Jornal da Periferia?”. Vejamos o que dizia o texto:

O morador da periferia sabe que poucas vezes os jornais da grande imprensa dão notícias sobre seus problemas, suas lutas e suas conquistas. Isto porque os proprietários dos jornais não estão interessados em ouvir o povo. Porisso (*sic*) muitas experiências de pequenas vitórias de vilas onde os moradores se reúnem para discutir seus problemas e buscar soluções, não são conhecidas por todos. Pensando nisso, grupos de moradores da região acharam importante a existência de um jornal para tratar desses problemas, defender seus interesses, unificar e ampliar as discussões na região. Nascia então a idéia do JP [*Jornal da Periferia*] - um jornal aberto a todos os moradores - que contará com a ajuda de um Conselho de Moradores, para decidir, junto com os jornalistas, o que o jornal deve falar e como falar. Pedimos, portanto, às vilas que concordam com esta proposta, que elejam seus representantes no jornal, e que eles compareçam às reuniões mensais. O JP, democraticamente, receberá críticas e sugestões, pois, só assim será, de fato, um instrumento a serviços das lutas da periferia (JORNAL DA PERIFERIA, 1979, p.4).



FIGURA 1 - *Jornal da Periferia* - Edição número zero

Fonte: *Jornal da Periferia*, número zero, outubro de 1979, capa.

No mês seguinte, o *Jornal da Periferia* passou a circular mensalmente - pelo menos por alguns meses - e trazia como editora responsável a jornalista Elizabeth de Souza Lorenzetti, que permaneceu nessa condição até a edição número 11 (outros dois editores foram identificados no período final de existência do jornal: Rossana Bossi, entre as edições número 13 e 15, e Fábio Pereira, nas edições 16 e 17). O periódico circulou com 8 páginas em suas edições de 1 a 5 e depois voltou a contar com esse número de páginas entre as edições 11 e 14. Nas demais edições, o jornal circulou com 4 páginas.

A periodicidade do *Jornal da Periferia* foi um dos maiores problemas enfrentados pelos seus organizadores e produtores. Durante o tempo de existência do jornal, houve períodos mais longos ou mais curtos de suspensão em sua produção e circulação. Da edição número zero até a edição número 5, o jornal manteve uma circulação mensal, até maio de 1980; a edição número 6 foi datada de agosto de 1980. Depois disso, só foi circular a edição número 7 em abril de 1982; nesse mesmo ano, apenas outras duas edições foram produzidas. Em 1983, circularam outras 4 edições; depois disso, só voltou a ser produzido em 1987 e, por fim, a edição número 17 (a última edição de que temos conhecimento) circulou em maio de 1988.

Desde a edição número 1, o jornal apresentava um valor a ser pago para a sua aquisição, revelando que não se tratava de um jornal com distribuição gratuita. Não há registros no expediente em relação à tiragem do periódico. Sobre a responsabilidade

política do *Jornal da Periferia*, ela esteve à cargo de uma Comissão de Moradores formada inicialmente para a produção do jornal envolvendo representantes de diversas vilas entre os bairros de Cidade Dutra e de Parelheiros; a partir da edição número 7 o jornal passou a ser identificado como “Órgão da Associação Cultural Mutirão”. A referida associação foi fundada em 28 de fevereiro de 1982 e apresentava como objetivos “apoiar e contribuir para a organização e o desenvolvimento sócio-cultural da população; promover e incentivar o debate de problemas de interesse da comunicação” (JORNAL DA PERIFERIA, 1983, p.2).

Com relação ao conteúdo do jornal, em suas 18 edições foram abordadas as diversas lutas populares da região. O compromisso de ser um instrumento a serviço da organização e da articulação política dos movimentos sociais, bem como de ser um veículo para disseminar as respectivas lutas foi muito bem retratada em uma charge publicada na edição número zero (figura 2).

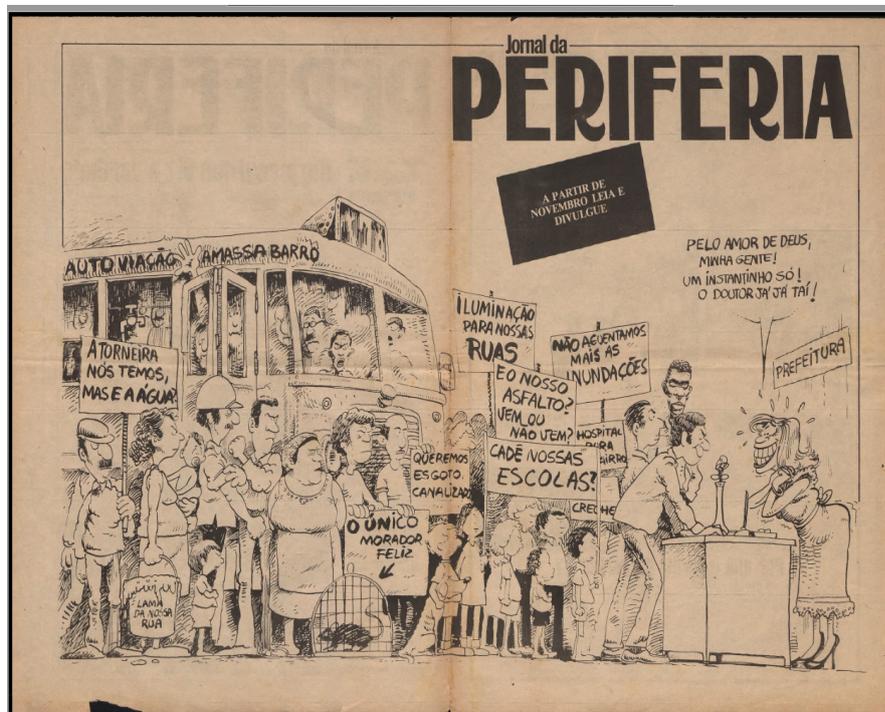


FIGURA 2 - Charge

Fonte: *Jornal da Periferia*, número zero, outubro de 1979, p.2-3.

Como podemos ver na imagem, há referência às lutas por transporte, água, iluminação, asfalto, hospital, escolas, além de apontar outros problemas enfrentados pelos moradores da região que resultariam em ações políticas de organizações locais em seus processos de reivindicação e mobilização, principalmente, junto à Prefeitura do município de São Paulo.

De fato, durante o período de existência do *Jornal da Periferia*, esses e outros temas foram amplamente tratados e debatidos. A partir de uma observação geral, foi possível construir o seguinte quadro das temáticas abordadas no periódico e que, de alguma forma,

contribuíram para impulsionar a organização de movimentos sociais ou para apresentar as ações políticas desenvolvidas pelos respectivos movimentos ou lutas populares.

QUANTIDADE DE EDIÇÕES QUE PAUTARAM O TEMA	TEMÁTICAS
6	Saúde
5	Transportes / Mulheres / Educação
4	Asfalto
3	Loteamento clandestino / Água
2	Favelas / Esgoto / Moradia / Terra / Inundações / Imposto
1	Mutuários / Assaltos

QUADRO 1 - Temáticas do *Jornal da Periferia*

Fonte: Produzido pelo autor.

Além disso, o *Jornal da Periferia* possuía sessões para divulgar a realidade específica dos bairros e vilas. Durante algumas edições, essas notas ocuparam a seção *Correio do Povo*; em outra fase do jornal, essa seção foi chamada de *Trancos e Barrancos*. Também foram pautados temas referentes à questão cultural e de lazer. E ainda, algumas edições publicaram entrevistas com lideranças populares da região e outras apresentaram reflexões sobre o próprio jornal ou sobre a Associação responsável por sua publicação.

Todas as matérias tratando de temáticas referentes à realidade e aos problemas enfrentados pelos moradores daquela região periférica da capital paulista - bem como daquelas que enalteciam as conquistas e as vitórias obtidas pelos diversos grupos populares em suas lutas específicas - foram decisivas para os processos de organização e de articulação dos movimentos sociais locais, na medida em que problematizavam e davam visibilidade às condições precárias enfrentadas por aquela população, além de possibilitar uma compreensão mais qualificada da própria realidade e das formas possíveis de resistência e de luta. Nesse sentido, o *Jornal da Periferia* cumpria efetivamente o papel de uma “agitação política viva” (LÊNIN, 1988), incentivando os processos de mobilização e de atuação coletivas contra a precariedade da realidade e da condição periférica daquela população.

Porém, o *Jornal da Periferia* não tratava apenas de temáticas da realidade imediata. Em praticamente todas as edições, ao menos uma matéria pautava temas da conjuntura política mais geral. Dependendo do momento e do contexto específico de circulação do jornal, os temas conjunturais também eram abordados, com a finalidade de fazer o leitor compreender que é fundamental conhecer e analisar a realidade em sua amplitude e complexidade, sob a perspectiva política dos interesses das classes subalternas.

A denúncia contra o assassinato do metalúrgico Santo Dias da Silva; o apoio às greves e às comemorações do dia 1º de maio (dia de luta do trabalhador); o acompanhamento

da retomada das lutas e das organizações sindicais; a defesa e o apoio à criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT); o monitoramento do processo de discussão e de aprovação da nova Constituição Federal (CF 1988); e, de maneira bastante significativa, o acompanhamento e a adesão ao processo de criação e de organização de um partido político voltado para a defesa dos interesses da classe trabalhadora, representado à época pelo Partido dos Trabalhadores (PT), foram temas pautados e debatidos pelo *Jornal da Periferia* durante o período de sua existência. Nesse sentido, além de cumprir o papel de organizador coletivo das lutas populares, o *Jornal da Periferia* cumpriu também a função de instrumento formativo e informativo das lideranças populares da região.

Diante desse contexto, e apesar de reconhecer que a experiência do *Jornal da Periferia* foi marcada por inúmeras limitações e fragilidades - principalmente, por sua periodicidade irregular e pelas dificuldades de financiamento que inviabilizou a sua distribuição gratuita - é possível afirmar que o referido periódico foi fundamental para os processos de organização das lutas populares e de articulação política dos movimentos sociais na periferia da região sul da cidade de São Paulo.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de retomada das lutas populares a partir do final da década de 1970, durante o período da abertura política no Brasil, diferentes experiências foram construídas para garantir que os diversos setores das classes subalternas - em especial, as populações das periferias das grandes metrópoles - pudessem se organizar e se articular em movimentos sociais e populares para poder levar adiante as suas reivindicações e defender os seus direitos e os seus interesses na perspectiva da conquista de melhores condições de vida. Dentre essas formas, destacamos a criação de jornais impressos como instrumentos de organização coletiva e de articulação política dos movimentos sociais urbanos.

Nesse sentido, esse artigo apresentou e analisou a experiência do *Jornal da Periferia*, um periódico criado em 1979 por lideranças políticas da região de Parelheiros, periferia da zona sul da cidade de São Paulo, que cumpriu o papel de organizador coletivo e também a função de instrumento formativo e informativo das lideranças populares da referida região periférica da capital paulista. Apesar de suas limitações, tratou-se de uma experiência bastante significativa e que contribuiu de maneira significativa para os processos de organização e de articulação política dos movimentos sociais locais.

A análise aqui realizada seguiu uma proposta de análise de conteúdo, porém reconhecemos que, em razão dos limites impostos para a produção desse artigo, a riqueza dessa experiência não foi explorada em toda a sua potencialidade e que outras incursões analíticas podem e devem ser realizadas para que possamos compreender de maneira ainda mais abrangente e complexa as contribuições - e também as limitações -

do *Jornal da Periferia* como um organizador coletivo e também como uma experiência de comunicação popular e comunitária.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo no Brasil**. 2.ed. Campinas, SP: Pontes, 1995.

BOITO JR., Armando (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa e da cidade do Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982, p.117-154.

CANETTIERI, Thiago. **A condição periférica**: uma crítica da economia política do espaço em paralaxe. Belo Horizonte, 2019. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia, Belo Horizonte, 2019.

DOIMO, Ana Maria. **Movimento social urbano, Igreja e participação popular**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1984.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação**: perspectivas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1989

JORNAL DA PERIFERIA. Por quê o Jornal da Periferia?. **Jornal da Periferia**, São Paulo, n.0, p.4, out. 1979.

JORNAL DA PERIFERIA. Conselho de moradores traça rumo do Periferia. **Jornal da Periferia**, São Paulo, n.12, p.2, set./out. 1983.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

LÊNIN, Vladimir. **Que fazer?**. São Paulo: Hucitec, 1988.

MANCINI, Euclides André. **Algumas concepções de movimento popular**. Curitiba: Cefuria, 1991.

MARQUES, Eduardo Cesar; BICHER, Renata Mirandola. Investimentos públicos, infra-estrutura urbana e produção da periferia em São Paulo. **Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, Ano XVII, n.42, p.7-30, 2001.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). São Paulo: Paz e Terra, 1988.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento 91, 94, 97, 98, 104, 111, 113, 115

Acumulação 1, 2, 3, 4, 6, 22, 30, 58, 59, 60, 108, 109, 116, 123, 158, 159, 160, 161, 162, 163

Adolescentes 64, 113, 115, 181, 187

Assistência Social 7, 15, 56, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 77, 78, 80, 82, 83, 96, 107, 110, 113, 114, 115, 117, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 158, 159, 163, 164, 165, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 188, 193, 197, 198, 200

B

Benefício 48, 49, 82, 90, 164, 166, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189

Bolsa Família 72, 73, 80, 81, 82, 158, 159, 164, 165, 168, 169, 182, 183

C

Capitalismo 1, 2, 4, 6, 7, 23, 32, 50, 59, 75, 76, 77, 109, 121, 123, 159, 166, 169, 177, 192

Capitalista 2, 3, 5, 6, 13, 21, 22, 23, 26, 30, 31, 32, 38, 47, 53, 58, 59, 82, 93, 108, 109, 112, 114, 115, 116, 121, 123, 126, 160, 166, 171, 172, 174, 175, 176, 192, 193

Conselho 12, 18, 33, 38, 61, 62, 67, 68, 69, 70, 99, 136, 138, 141, 143, 146, 173, 192, 193, 199

Controle Social 8, 9, 11, 12, 15, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 136, 137, 142, 145, 147, 163, 165

D

Deficiência 64, 168, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

Desigualdade Social 7, 14, 43, 59, 72, 73, 77, 78, 80, 81, 82, 120, 166, 175

Direito 4, 7, 8, 13, 17, 39, 44, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 62, 63, 64, 68, 70, 71, 75, 84, 85, 88, 89, 90, 92, 94, 102, 105, 113, 114, 125, 138, 148, 154, 156, 160, 161, 163, 168, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 186, 187, 189, 191, 194

Direitos 3, 7, 8, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 37, 52, 54, 55, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 68, 69, 70, 72, 74, 76, 77, 80, 82, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 110, 113, 114, 115, 116, 118, 121, 122, 132, 137, 140, 142, 144, 154, 156, 160, 162, 164, 165, 167, 168, 173, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 188, 190, 191, 192, 193, 197, 198, 200

E

Educação 8, 11, 13, 16, 18, 36, 42, 43, 80, 81, 82, 85, 96, 97, 98, 101, 102, 103, 105, 117, 122, 164, 166, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

Estado 6, 7, 12, 13, 14, 15, 17, 25, 26, 30, 31, 32, 41, 42, 50, 57, 63, 64, 68, 69, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 93, 97, 98, 100, 101, 102, 107, 108, 110, 111, 118, 121, 125, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 145, 147, 159, 160, 161, 163, 167, 168, 169, 173, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 193, 194, 197, 198

Estigma 43, 46, 128, 129, 130, 132, 134, 135

Europa 1, 2, 4, 57, 58, 76, 85, 87, 89, 90, 108, 109

J

Jornal 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38

L

Lixo 9, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51

M

Mulher 56, 58, 113, 114, 115, 122, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 149

N

Negra 57, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134

Negro 42, 52, 55, 57, 58, 60, 122, 123, 124, 127, 129, 133

O

Objetificação 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134

Organizações da Sociedade Civil 67, 136, 137, 138, 145, 146

P

Participação 11, 15, 16, 28, 38, 50, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 80, 137, 139, 142, 143, 144, 145, 150, 160, 161, 163, 176, 180, 185, 187

Periferia 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38

Pessoa com Deficiência 179, 180, 181, 184, 185, 186, 187, 188, 193, 194

Planejamento 14, 17, 78, 82, 83, 100, 136, 140, 141, 142, 143, 145, 146

Política Social 28, 39, 64, 83, 136, 158, 160, 163, 165, 168, 169, 192, 198, 200

Políticas Públicas 9, 14, 15, 18, 23, 30, 32, 38, 39, 48, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 78, 80, 107, 110, 112, 113, 115, 116, 120, 138, 141, 143, 145, 147, 176, 197, 200

Políticas Sociais 15, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 82, 104, 112, 117, 118, 120, 138, 158, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 178, 181, 192, 200

População 4, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 21, 35, 36, 41, 42, 43, 44, 47, 64, 65, 69, 70, 74, 77, 79, 80, 81, 96, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 130, 132, 133, 142, 143, 145, 149, 163, 165, 168, 173, 174, 175, 176, 194

Popular 22, 27, 28, 29, 32, 38, 60, 62, 65, 66, 67, 68, 88, 160, 163

Previdência Social 63, 138, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 162, 163, 164, 178, 179, 180, 181, 200

Q

Questão Agrária 1, 2, 6

Questão Social 2, 6, 26, 52, 56, 60, 72, 75, 76, 77, 78, 80, 83, 84, 91, 93, 95, 96, 104, 107, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 122, 141, 142, 158, 159, 160, 161, 163, 167, 177, 192, 193

Questão Urbana 19, 20, 21, 22, 27, 30, 31, 109

R

Racismo 52, 55, 56, 57, 58, 59, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 132

Refugiados 52, 53, 54, 55, 57, 59, 60, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106

Refúgio 52, 54, 57, 58, 60, 84, 85, 86, 88, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 105

Rua 24, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 173

S

Saneamento 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 148, 151

Seguridade Social 63, 64, 65, 77, 138, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 162, 169, 178, 179, 181, 200

Serviço Social 6, 15, 16, 17, 18, 20, 24, 28, 39, 43, 51, 60, 70, 71, 84, 94, 95, 107, 112, 113, 116, 117, 118, 120, 127, 128, 136, 145, 146, 150, 157, 158, 159, 167, 168, 169, 170, 189, 190, 195, 200

Sexualização 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134

Sociedade 2, 3, 5, 6, 7, 8, 13, 16, 21, 22, 23, 30, 31, 47, 51, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 75, 82, 91, 92, 93, 108, 109, 111, 112, 114, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 145, 146, 150, 157, 159, 160, 162, 163, 168, 169, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 180, 181, 185, 187, 190, 191, 192, 193, 194, 198

T

Trabalho 1, 2, 3, 5, 6, 11, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 38, 39, 42, 43, 46, 47, 48, 50, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 64, 69, 74, 75, 76, 79, 84, 89, 93, 94, 95, 96, 100, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 124, 125, 127, 128, 129, 131, 133, 134, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 164, 166, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 192, 195, 197

U

Universidade 1, 17, 19, 28, 38, 39, 51, 52, 62, 84, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 112, 118, 120, 128, 148, 153, 156, 158, 177, 178, 190, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 200

Processos de Subjetivação no Serviço Social

5

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Processos de Subjetivação no Serviço Social

5

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020